

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.305.521 - SP (2018/0135774-6)

RELATOR : **MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO**
AGRAVANTE : NOTRE DAME INTERMEDICA SAUDE S.A
ADVOGADOS : YOON HWAN YOO - SP216796
YOLANDA JACOPINI DA COSTA E OUTRO(S) - SP371046
AGRAVADO : MARCIA APARECIDA DA SILVA CAMATA
AGRAVANTE : MARCIA APARECIDA DA SILVA CAMATA
ADVOGADO : MARCUS VINÍCIUS GRAMEGNA - SP130376
AGRAVADO : NOTRE DAME INTERMEDICA SAUDE S.A
ADVOGADOS : YOON HWAN YOO - SP216796
YOLANDA JACOPINI DA COSTA E OUTRO(S) - SP371046
AGRAVADO : LUIS ALBERTO SPROVIERI
ADVOGADO : HELIO BELISARIO DE ALMEIDA - SP222542
AGRAVADO : MAURO RESENDE FILHO
ADVOGADO : REJANE BELLISSI LORENSETTE - SP154877

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL (CPC/2015). AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RECURSO ESPECIAL. DANO MORAL. ALEGADA INEXISTÊNCIA DE ATO ILÍCITO E EXORBITÂNCIA DO VALOR ARBITRADO. REEXAME NA HIPÓTESE. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA Nº 07/STJ. AGRAVO CONHECIDO PARA NÃO CONHECER DO RECURSO ESPECIAL.

DECISÃO

Vistos etc.

Trata-se de agravo interposto por NOTRE DAME INTERMEDICA SAUDE S.A contra decisão que inadmitiu o recurso especial manejado contra acórdão do Tribunal de Justiça de São Paulo, assim ementado:

Ementa - Consumidor - Erro Médico -- Laudo pericial que concluiu pela imperícia médica do Corréu Mauro Resende Filho - Alta precipitada, além de falhas tanto quanto à prescrição do medicamento, como na indicação do procedimento - Dano configurado, assim como o ato culposos e o nexo de causalidade -- Cerceamento de defesa não verificado - Prova pericial que se mostrava suficiente à análise da controvérsia - Laudo que isentou o Correu Luis Alberto Sprovieri de responsabilidade - Valor da condenação imposta ao corréu que se mostra demasiado - Redução determinada - Juros de mora devem incidir desde a citação (art. 405 do CC) -

Recursos providos parcialmente.

Nas razões do recurso especial, às fls. 741-755, e-STJ, a recorrente alega violação aos artigos 884 e 944 do Código Civil.

Sustenta, em síntese, que não há o dever de indenizar e que caso não seja este o entendimento, pede a redução do valor indenizatório.

Sobreveio o juízo de admissibilidade do Tribunal de origem, às fls. 1.221-1.222, e-STJ, que inadmitiu o recurso especial por considerar que não houve a alegada violação aos dispositivos suscitados e a incidência da Súmula nº 07/STJ.

Nas razões do agravo em recurso especial, às fls. 1.227-1.235, e-STJ, a parte agravante impugnou os fundamentos da decisão agravada.

É o relatório.

Passo a decidir.

O recurso especial não merece prosperar.

Inicialmente, no que tange à alegada violação aos artigos 884 e 944 do Código Civil, o Tribunal de origem assim se manifestou:

"É evidente o dano moral causado à Autora que experimentou profundo abalo psicológico, tendo em vista que a imperícia do médico gerou risco severo de morte na paciente (choque séptico e coma). Assim, se o tratamento fosse adequado, a Autora poderia ter se recuperado de forma breve, sem ter experimentado as consequências que sofreu. [...] O que se busca reparar é a dor, o sofrimento imposto à Autora, que pudesse ser evitado, exatamente como está explicitado no laudo pericial — fls. 714 — parte final do item 10.04. [...] Assim, considerando as circunstâncias do caso, as sequelas da lesão, o caráter punitivo e pedagógico da indenização, entendo que o valor da indenização deva ser reduzido para R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais)." (e-STJ, fl. 713/714).

A condenação ao pagamento de danos morais, reafirmado pelo Tribunal *a quo*, observou as peculiaridades do caso em questão. Ademais, o valor arbitrado não se distancia dos patamares adotados por esta Corte Superior.

Assim sendo, rever o entendimento do Tribunal de origem exige

necessariamente o simples reexame da matéria fática dos autos, o que é vedado em razão do enunciado da Súmula 07 deste Tribunal.

Nesse sentido:

DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E COMPENSAÇÃO POR DANOS MORAIS. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. INEXISTENTE. ERRO MÉDICO. CIRURGIA DE CATARATA. INFLAMAÇÃO SEVERA. AUSÊNCIA DE CUIDADOS EXIGÍVEIS DO MÉDICO. CEGUEIRA UNILATERAL. LAUDO PERICIAL. LIVRE CONVENCIMENTO MOTIVADO. SÚMULA 7/STJ. ARBITRAMENTO DO DANO MORAL. EXORBITÂNCIA. INEXISTÊNCIA. JUROS DE MORA. TERMO INICIAL. RESPONSABILIDADE CONTRATUAL. CITAÇÃO VÁLIDA DAS PARTES. FUNDAMENTAÇÃO DEFICIENTE. SÚMULA 284/STF. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. COTEJO ANALÍTICO E SIMILITUDE FÁTICA. AUSÊNCIA.

[...]

7. A argumentação tecida pelo recorrente de inexistência de erro médico - ao destacar trechos do laudo pericial que, em tese, amparam sua pretensão - encontra óbice na Súmula 7/STJ, pois inadmissível em recurso especial a revisão de fatos e provas que atestaram a culpa do profissional causador do dano à paciente, tal como registrado soberanamente pelo Tribunal de origem.

8. A alteração do valor arbitrado a título de compensação por danos morais exige o revolvimento de fatos e provas, circunstância vedada em recurso especial pela Súmula 7/STJ. Apenas em hipóteses excepcionais, em que configurado evidente exagero ou irrisoriedade da quantia, o STJ estabelece nova fixação excepcional.

[...]

(REsp 1677309/SP, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 20/03/2018, DJe 03/04/2018, grifei).

Assim sendo, o não conhecimento do presente recurso é medida que se impõe.

Ante o exposto, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Intimem-se.

Brasília (DF), 10 de junho de 2019.

MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO
Relator

